



O DOM SE FAZ TAREFA

Chances e desafios para a implantação das novas DGAE

INAPAZ¹

"Pareceu-nos bem, tendo chegado a um caminho de comunhão".

(At 15,25a)

1. Aprovadas na 62ª AGO, resultado de um intenso empenho da equipe responsável, as DGAE chegam às nossas dioceses como um dom que se torna tarefa. Ao mesmo tempo em que são ponto de chegada de um trabalho intenso e dedicado, tornam-se agora o desafio de sua implantação. É, pois, sobre esse desafio que esta análise de conjuntura eclesial se debruça, indagando **quais são os aspectos facilitadores e os desafios que o atual momento nos apresenta para a aplicação das DGAE.. Em que terreno estamos pisando quando iniciamos esta caminhada de seis anos? A que devemos estar atentos?**
2. Para tanto, a análise está dividida em cinco partes. Em primeiro lugar, recorda a identidade profundamente eclesial do discernimento dos caminhos a serem seguidos na missão evangelizadora. Em seguida, relembra a conexão entre as opções evangelizadoras discernidas e o ethos religioso brasileiro atual, base sobre a qual as análises de conjuntura eclesial têm sido feitas neste quadriênio. Em um terceiro momento, indica alguns dos principais aspectos facilitadores que emergem do cenário eclesial brasileiro, para, no quarto momento, listar possíveis dificuldades a serem encontradas ao longo do caminho. Por fim, apresenta algumas considerações sobre a estratégia a ser aplicada.

O caminho eclesial de sempre

¹ A equipe do INAPAZ é atualmente composta por D. Joel Portella Amado, D. Wellington Queiróz, D. Jânison de Sá Santos, Pe. Abimar Oliveira de Moraes, Pe. André Márcio Nogueira de Souza, Pe. Danilo Pinto dos Santos, Pe. Douglas Alves Fontes, Pe. Marcelo Batalioto, Pe. Marcial Maçaneiro, Sra. Maria Inês Castro Millen, Srta. Mariana Venâncio, Irmã Sueli Cruz e Pe. Waldecir Gonzaga.





3. Como referência bíblica para esta análise, é possível indicar um breve versículo tirado da narrativa conhecida como *Concílio de Jerusalém* (Atos 15). Trata-se, como bem sabemos, de uma referência paradigmática, ou seja, mais do que uma indicação entre tantas, um caminho com caráter exemplar, modelar, fundacional. A solução para a controvérsia surgida em Antioquia indica os passos que norteiam toda a vida da Igreja e, portanto, também a Igreja no Brasil hoje. A controvérsia relativa à circuncisão ou não dos pagãos concentra o contínuo desafio para a ação evangelizadora em qualquer tempo e lugar, desafio que surge quando situações novas exigem discernimento não apenas quanto às estratégias, mas acima de tudo no diz respeito da identidade cristã. Desde o início, os discípulos missionários sabem que precisam discernir juntos, em espírito de comunhão e escuta. Por isso, se reúnem, conversam à exaustão, ouvem Pedro e enviam uma mensagem fundamentada na identidade cristã e delegados para entregarem a mensagem. Respeitadas as devidas adequações – nunca é demais insistir – esse é o caminho da Igreja de todos os tempos.

O fato novo de nossos dias

4. As análises de conjuntura eclesial realizadas neste quadriênio têm insistido que estamos diante de um **novo ethos religioso**, de perfil global, por certo, e que, por isso, atinge também o Brasil. Em consequência, qualquer indicação evangelizadora, para que efetivamente cumpra sua missão, deve estar em direta conexão com esse ethos. Esta foi a motivação das análises de conjuntura apresentadas no período mais próximo à 62ª AGO, quando se procurou mostrar a mencionada conexão ². Se, nas primeiras comunidades, o desafio era o de submeter ou não os pagãos à circuncisão, para as atuais DGAE o desafio é o de estabelecer diálogo com um modo diferente de lidar com a vida em sua totalidade e especificamente com o ato de crer, que se concretiza no que, ao longo das análises anteriores, o INAPAZ convencionou chamar de *pós-cristandade*. Trata-se, como tanto insistido, de um contexto

² INAPAZ, **As razões de nossa missão hoje**. Correlações entre o quadro religioso brasileiro atual e as indicações evangelizadoras das futuras DGAE. CONSEP, Fevereiro de 2026. IDEM, **Jesus, Filho de Davi, tem compaixão de mim!** O caminho missionário e a vida fragilizada. Conselho Permanente, Março de 2026. IDEM. **Evangelizar em tempos de pós-cristandade**. A relação entre a conjuntura eclesial e as opções evangelizadoras das DGAE. 62ª Assembleia Geral, Abril de 2026.





marcado por individualização, imanentização, imediatização, pluralidade e alta mobilidade, entre outros aspectos.

5. Esse contexto tem como consequências diretas, ainda que nem sempre percebidas, a dificuldade para se deixar abordar por modelos de pastoral de conservação e a recusa a propostas pastorais focadas no compromisso socioambiental transformador. Mais sucesso, as mencionadas análises indicaram, têm encontrado modelos evangelizadores de perfil devocionista. Esse sucesso, em geral mensurado a partir de critérios numéricos, carece, porém, de força interpeladora diante do risco de fechamento em torno ao indivíduo consumidor de tudo, inclusive da dimensão religiosa ³.
6. Com base nesse contexto, as atuais DGAE foram pensadas e construídas em vista de uma ação evangelizadora com um perfil que podemos chamar de *explicitador*, isto é, de não considerar mais como tranquilamente aceitos o encontro com Jesus Cristo, o contato com a Bíblia, a formação de comunidades, a dimensão orante e celebrativa e o compromisso com a vida plena. Embora sempre presentes na vida de pessoas e grupos ao longo da história da Igreja, os contextos de cristandade os consideraram como pacíficos, centrando mais a atenção sobre sua conservação. A novidade, como tanto insistido, está no fato que o que era implícito necessita agora ser explicitado. Por isso, foram aprovados os cinco *caminhos da missão* indicados para a Igreja no Brasil pelo menos para os próximos seis anos. Assim como a chegada dos pagãos questionou a vivência e, mais ainda, a identidade dos primeiros cristãos, a pós-cristandade questiona não apenas nosso modo de evangelizar, mas também nossa compreensão do que efetivamente significa ser discípulo(a) missionário(a) de Jesus Cristo.

A medida de todas as coisas

7. O INAPAZ insiste ser fundamental reconhecer no chão por onde a aplicação das atuais DGAE vai acontecer no que se pode chamar de *crise antropológica* atual. Esta não significa a falta de preocupação com o ser

³ INAPAZ, **Do descompasso à missão, à comunidade e à iniciação**. Análise elaborada para a AGO de 2025 e disponibilizada, uma vez que a assembleia daquele ano não se realizou em virtude do falecimento do Papa Francisco. IDEM **Sinodalidade em Caminho**. Um olhar sobre o atual momento de implantação das conclusões sinodais. Conselho Permanente, Novembro de 2025.





humano, mas uma significativa **fratura na própria definição do que é o ser humano**. Por sua vez, esta fratura pode ser compreendida através de três grandes rupturas. A primeira delas diz respeito ao crescente distanciamento do *antropocentrismo radical*, pois a compreensão do que é o ser humano vem se desconectando cada vez mais de qualquer referência transcendente em relação aos outros seres humanos e a Deus. A segunda fratura se refere à *verdade*, sendo geralmente conhecida como *relativismo*. Para nossos dias, não existe mais uma natureza humana fixa ou uma verdade moral universal. O ser humano passou a ser visto como um produto puramente cultural, biológico ou tecnológico, moldável conforme a vontade individual. A terceira fratura liga-se ao *reducionismo tecnológico e cientificista*, para o qual o ser humano é visto como um algoritmo, uma máquina biológica ou um mero recurso econômico, esvaziando sua dimensão espiritual.

8. Essa crise humanista se tem manifestado de diversos modos, todos dizendo respeito diretamente à identidade e à missão da Igreja. Em primeiro lugar, percebe-se a perda do valor intrínseco da vida, pois não são poucas as situações em que a dignidade humana deixou de ser um valor absoluto e passou a ser utilitaristamente compreendida. A vida passou a ter valor apenas se for produtiva, saudável ou agradável. Isso se reflete no descarte dos mais vulneráveis: idosos, doentes, nascituros e os marginalizados economicamente, entre outros. Lembremo-nos de que não foi sem mais que o Papa Francisco inúmeras vezes falou da *cultura do descarte*, tornando-a uma das marcas registradas do seu magistério social ⁴.
9. Em direta linha de continuidade, o Papa Leão XIV tem manifestado sua preocupação com o que podemos chamar de *reducionismo tecnológico*

⁴ O início de sua preocupação por esta realidade pode ser encontrado em sua fala durante a Audiência Geral pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho de 2013, fez uso da expressão "*cultura do desperdício*": "Se um computador quebra é uma tragédia, mas se uma pessoa morre de fome na praça, não acontece nada... Essa é a cultura do desperdício: as pessoas são descartadas como se fossem lixo". O termo exato "*cultura do descarte*" ganhou projeção mundial e força pastoral durante a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, em julho de 2013. Em seus discursos, como na comunidade da Varginha e no encontro com os jovens, o Papa Francisco alertou que a sociedade moderna estava se acostumando a tratar seres humanos com a mesma lógica com que descarta objetos eletrônicos ou bens de consumo. Em novembro de 2013, na *Evangelii Gaudium*, alertou para a "economia da exclusão", escrevendo que os excluídos não são apenas explorados, mas tornaram-se "resíduos", "sobras". Na *Laudato si'*, dedicou seções inteiras para criticar a cultura do descarte, conectando diretamente a poluição ambiental com a rejeição dos mais vulneráveis.





que alimenta a crise humanista. Preocupa que a tecnologia atual não tem buscado apenas melhorar a vida, mas superar a condição humana. Através da inteligência artificial, da engenharia genética e da fusão ser humano-máquina, nosso tempo compreende vê o ser humano e as limitações humanas como falhas a serem corrigidas, gerando uma crise de identidade sobre o que nos torna essencialmente humanos. Esta perspectiva antropológica contemporânea, embora tenha prometido a libertação total do indivíduo, resultou no seu isolamento prático. Sem laços comunitários, familiares ou religiosos fortes, o ser humano contemporâneo vive uma crise de sentido, visível nos recordes globais de ansiedade, depressão e niilismo.

10. Lembremo-nos de que é parte irrenunciável da identidade cristã a afirmação da centralidade do humano. Assim nos recordou o Vaticano II: "Crentes e não crentes são quase unânimes em confessar que todas as coisas existentes na terra devem ser ordenadas para o homem, como para o seu centro e vértice." (GS 12). O mesmo o fez o Catecismo da Igreja Católica, "Deus criou tudo para o homem, mas o homem foi criado para servir e amar a Deus e para Lhe oferecer toda a criação (CIC 358). Por fim, convém lembrar o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, em seu número 132: "O homem é o fundamento, a causa e o fim de todas as instituições sociais, porque a pessoa humana é, por sua própria natureza, necessitada de vida social."
11. O reconhecimento da crise antropológica e a consequente necessidade de sua afirmação encontram-se diretamente ligados aos *caminhos da missão* e às *conversões* apresentadas pelo sínodo sobre a sinodalidade. A insistência nas pequenas comunidades chama a atenção para os vínculos humanos primários como mediação indispensável para a identidade do ser humano e para o encontro com o Deus da Revelação. O mergulho na Bíblia, desde o relato do paraíso (Gn 2,4ss) até a cidade santa que desce do céu (Ap 21,1-4), deve ajudar a superar leituras que transcendam uma perspectiva mágica, individualizante, consumista e belicosa. O mesmo se pode indicar para a liturgia e para a piedade popular. Assim, toda iniciação à vida cristã haverá de ser também uma iniciação ao mistério do humano, o qual somente em Cristo encontra sua realização (GS 22). Em tudo isso, com base em uma perspectiva antropológica profundamente relacional, faz-se urgente superar a cultura do descarté por meio de um efetivo compromisso com a vida plena. Enfim, a afirmação do humanismo cristão, torna-se uma relevante chave de





leitura para a aplicação das atuais DGAE. Importa identificar o que pode ajudar nessa tarefa e o que pode torná-la mais desafiadora.

Uma grande expectativa e uma participação expressiva

12. A primeira ajuda tem sua origem na expectativa quanto às novas DGAE. As anteriores, como sabemos, foram prorrogadas para que se aguardasse as conclusões do sínodo sobre a sinodalidade e a eleição do novo papa. Com isso, a expectativa perdurou por três anos. Esse fato, entretanto, não abrandou o desejo por novas DGAE. Por meio de um rico processo de escuta conduzido pela comissão especialmente formada para a elaboração do texto a ser analisado, a espera se manteve ativa. O fato de terem sido elaboradas 26 versões do instrumento de trabalho revela ter ocorrido um amplo processo de escuta e amadurecimento, o que permite que as diferentes concretizações da ação evangelizadora se vejam de alguma forma contempladas no texto final. Há numerosas solicitações de dioceses, congregações e outras instâncias evangelizadoras para assessorias e ajudas na compreensão do que está proposto pelas DGAE. Além disso, não nos esqueçamos de que a aprovação das DGAE, durante a 62ª AGO, recebeu grande interesse do episcopado. Foram mais de 1.500 contribuições e emendas, com uma votação global também bastante positiva: 294 votaram *sim*; 3 votarão *não* e 2 se abstiveram.

Uma tradição mantida

13. Sabemos que a Igreja no Brasil possui a tradição de elaborar diretrizes e planos de pastoral. Desde o Plano de Emergência, formulado em abril de 1962, na V Assembleia Ordinária da CNBB, a Igreja no Brasil tem se esforçado por compreender a realidade e discernir caminhos para que o mesmo Evangelho seja transmitido por uma ação evangelizadora condizente. Isso demonstra a existência de uma tradição de planejamento pastoral, com tudo que isso significa, incluindo as etapas de elaboração, discernimento, aprovação e aplicação. Essa consciência ultrapassa o espontaneísmo pastoral, o qual, apegado a fórmulas válidas para outros tempos, fórmulas que acabam sendo compreendidas como eternas, não percebem que a realidade mudou. Por





isso, é sempre necessário insistir na distinção: eterno é o Evangelho; histórica; sempre contextualizada é a ação evangelizadora.

Um enfoque mantido no processo e no texto

14. Na medida em que a espera de três anos teve como uma das razões o aguardo das conclusões do sínodo sobre a sinodalidade, não há como não considerar este fator como positivo para a aplicação das atuais DGAE. Temos clareza de que *sinodalidade* é uma realidade que implica discernimento e aprendizado, cuja base, porém, se encontra no princípio cristão da comunhão⁵. Olhando, portanto, o período de elaboração das DGAE e sua concomitância com o processo de preparação e vivência do sínodo, iniciado em 2021, constatamos que essa concomitância preparou um terreno favorável para a recepção das Diretrizes.
15. O fato de, a partir das reflexões do CONSEP, se especificar que as DGAE representam para a Igreja no Brasil a referência específica para a implantação do sínodo também são outro aspecto da fertilidade do terreno. Por certo, as DGAE não esgotam a riqueza do que foi refletido no sínodo. Alguns aspectos não foram explicitamente abordados nas DGAE, o que nos leva a pensar em outras fontes para o acolhimento das conclusões sinodais. Dentre essas fontes, estão o Documento Final, assumido pelo Papa Francisco com peso de magistério, as pistas e itinerários para a implementação e as recentes indicações para as assembleias realizadas em diversos níveis até 2028⁶. As atuais DGAE se preocuparam com os aspectos já mais sedimentados em meio a todas as proposições emanadas do sínodo, com destaque, como já indicado antes, para as três conversões, que compõem o Cap. 6 das DGAE.
16. Portanto, além do esforço por aplicar o que, em termos de sinodalidade, é indicado nas DGAE, importa reconhecer que, mais do que um ou outro aspecto, o processo de aplicação deve ser ele todo um caminhar sinodal. O mais recente documento recebido da Secretaria Geral do Sínodo recorda que se trata de um caminhar vivido na comunhão das diversas forças

⁵ INAPAZ **Sinodalidade em Caminho...**

⁶ **SECRETARIA GERAL DO SÍNODO. RUMO ÀS ASSEMBLEIAS 2027-2028. Etapas, critérios e instrumentos para a preparação**, recebido com carta do Cardeal Mario Grech, datada de 20 de maio de 2026.





evangelizadoras, envolvendo clero e laicato, comunidades e realidade socioambiental ao redor, representantes de outras Igrejas e Comunhões cristãs ou de outras religiões. “A fase de implementação (do sínodo) não introduz tarefas adicionais em relação à vida ordinária das comunidades, mas orienta-a e renova-a a partir de dentro: convida a experimentar práticas e formas de vida eclesial mais sinodais, a verificar os seus frutos e a partilhá-los, num dinamismo de intercâmbio entre as Igrejas que alimenta a comunhão e sustenta a missão”⁷.

Estruturas de longa data

17. Outro fator positivamente relevante para a aplicação das novas DGAE encontra-se no fato de que a Igreja no Brasil possui estruturas pastorais solidificadas, desde a mais conhecida, a das paróquias, até as demais, como as CEBs, os movimentos, as associações, as chamadas novas comunidades e outros organismos. Além disso, reiterando a dimensão da sinodalidade, faz-se necessário ressaltar a existência de estruturas colegiadas que vão se solidificando em um processo de contínuo aprendizado. Entre essas estruturas, destacam-se as assembleias e os conselhos, tanto os de pastoral como os de administração, nos diversos níveis, desde o que acontece nas pequenas comunidades até o nível diocesano. Temos também aqui ambientes propícios para a implementação das DGAE e das conclusões sinodais.

Um processo com tempo maior

18. Como processo, a aplicação das DGAE e das conclusões do sínodo possui um tempo para iniciar, mas não um tempo para terminar. Importa que o caminhar aconteça, que, de tempos em tempos ocorram revisões e que essas revisões envolvam cada vez mais um número e um espectro maiores de pessoas e sejam compartilhadas entre as comunidades e demais instâncias eclesiais. É a ação evangelizadora compreendida em rede, com a circulação da vida e do evangelho por todos os canais de comunicação. Foi para isso que a 62ª AGO optou por estender o prazo de validade das atuais DGAE para 6 anos.

⁷ Trecho construído e em parte transcrito com base no Documento Rumo às Assembleias 2027-2027, da Secretaria Geral do Sínodo.





Até então, as Diretrizes tinham validade de quatro anos, acompanhando o tempo de uma presidência e se tornando por isso a referência maior para o trabalho de toda a Conferência. Por certo, a referência das ações da CNBB à DGAE permanece. Muda, no entanto, conforme entendimento da 62ª AGO, o tempo para a aplicação e para a revisão formal. Em lugar de DGAE com validade entre 2026-2029, teremos Diretrizes válidas até 2031. Mais tempo, porém, não significa diminuição no ritmo da caminhada. Significa que as implicações do caminhar são maiores e, por isso, merecem mais tempo e atenção. Desse modo, as novas DGAE preveem um período mais longo para a sua implementação, permitindo às igrejas locais maior capacidade e amadurecimento para as acolher.

Uma metáfora e muitas indicações

19. Outra ajuda importante decorre do estilo com o qual o texto das atuais DGAE foi composto e aprovado pela 62ª AGO. Trata-se, como tão desejado por todos, trabalhado pela comissão elaboradora do instrumento de trabalho e aprovado pelos bispos na AGO, de um texto em linguagem simples e, de certo modo, com tamanho adequado ao que pretende. É fato que sempre se pede um texto mais curto e em linguagem algumas vezes mais coloquial. É, porém, igualmente fato que, para um país com a extensão e mais ainda com a diversidade sociocultural do nosso, textos com um nível maior de coloquialidade correriam o risco de não serem plenamente assimilados. Nesse sentido, se pode dizer que o texto que chega às nossas mãos atingiu um bom nível de equilíbrio na linguagem. O seu tamanho ficou satisfatório e, se alguém o pode ainda considerar grande, convém observar que ao final de cada um dos caminhos para a missão, existe um conjunto de indicações bem práticas, colhidas do contato da equipe responsável pelo instrumento de trabalho junto às diversas forças evangelizadoras no Brasil. Com isso, o texto pode ser lido na íntegra, mas, depois, apenas nos fundamentos ou nas indicações, o que é mais um fato positivo para o processo de implementação.
20. Transversalmente, junto com a metáfora da *tenda*, pode-se ainda acrescentar a dos *caminhos* e, se ainda quisermos ampliar a linguagem, unir também a das *conversões* que aparecem no último capítulo. A tenda se alarga para acolher quem chega. É firme, porém não cristalizada. Protege da





inclemência do deserto, sem, todavia, se desconectar dele. Acolhe o peregrino sem, no entanto, retirá-lo do lugar onde peregrina, que é o deserto. Os caminhos indicam movimento, passagem, transição, não, todavia, a esmo, sem rumo, sem direção definida e sem um objetivo. Ao contrário, não se trata de caminhar apenas por caminhar, deixando-se levar pelas tendências do momento, pelas pressões do que está em moda. O caminhar tem uma direção, que está bem expressa no objetivo geral, que pode ser resumido em anunciar, testemunhar e construir o Reino de Deus. O texto que nos chega às mãos abre muitas portas para sua aplicação.

Novo mesmo?

21. Por certo, ao observar os *caminhos da missão*, é possível que alguém se recorde das *urgências da ação evangelizadora*, que marcaram as DGAE desde a 49ª AGO, em 2011, como desejo de efetiva aplicação das indicações de Aparecida. Esta recordação não é sem sentido. Pelo contrário, existe efetivamente uma identificação entre aquelas cinco urgências e os atuais caminhos da missão. Essa identificação se explica pelo fato que as mudanças propostas por Aparecida não são periféricas nem momentâneas para a ação evangelizadora. Ao contrário, são estruturais, diametrais e duradouras. Tocam no jeito como compreendemos a ação evangelizadora e, no famoso número 365 do Documento de Aparecida, exigem de nós coragem para abandonar o que não mais ajuda na transmissão da fé. Consequentemente, as propostas se mantêm, até porque são de Aparecida e foram levadas para toda a Igreja pelo Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*. O que mudou foi a compreensão dessas cinco urgências ou caminhos. No período das urgências, a preocupação maior era a de despertar para a mudança que necessitava acontecer tanto na mentalidade como nas práticas. Viu-se, naquele momento, que era necessário até mesmo prorrogar as DGAE de então. Em seguida, as urgências se tornaram *pilares da ação evangelizadora*, mantendo-se os valores fundamentais das urgências, respeitando-se, no entanto, a diversidade de situações. Com isso, as cinco urgências se tornaram os pilares da Palavra, do Pão, da Caridade e da Ação Missionária. Por tudo isso, não se trata de considerar os caminhos como um dificultador para a implantação. Ao contrário, exatamente por se manterem em linha de continuidade com as urgências e os pilares, se estabelecem em um terreno





ainda mais propício à implantação. Trata-se de uma lógica de continuidade e ampliação.

Algumas pedras no meio do caminho

22. Se queremos uma perspectiva realista a respeito das chances de implantação das DGAE, precisaremos observar também as dificuldades. E elas, bem sabemos, existem e atingem o caminho a ser percorrido. Algumas dificuldades não são próprias da ação evangelizadora. Estão, na verdade, presentes na realidade de nossos dias e são experimentadas por qualquer grupo ou proposta. Outras, ao contrário, são próprias do caminhar eclesial no Brasil. Nenhuma delas, porém, se encontra em situação de invencibilidade.

A comunhão esbarra no individualismo

23. Entre os elementos que podem dificultar a aplicação das DGAE, é possível identificar uma linha que a todos atravessa, algumas vezes com incidência maior. Trata-se da dificuldade para viver a comunhão. Se, por um lado, desde o mencionado paraíso das primeiras páginas da Bíblia, a tentação era a de olhar apenas para si (Gn 3,1-7), por outro, conforme tão insistido em análises de conjuntura eclesial anteriores e em tantos outros momentos, nosso tempo tende mais à autorreferencialidade. Mesmo algumas propostas apresentadas com linguagem de comunhão correm o risco de serem formas colegiadas dessa autorreferenciação contemporânea. O fato é que o individualismo de nosso tempo tem tornado as pessoas menos propensas à escuta, ao diálogo e a caminhadas em conjunto. Conhecemos bem o descompasso entre a overdose de ruídos e a subdosagem ou até mesmo a privação da escuta. Afinal, ruídos não são necessariamente palavras.
24. Nosso tempo, caracterizado como uma época da cultura digital, tem se mostrado gerador de *bolhas de informação*. Também chamadas de *bolhas de filtro*, são ecossistemas digitais isolados onde uma pessoa consome apenas conteúdos, notícias e opiniões que reforçam suas próprias crenças e preferências prévias. Desse modo, o indivíduo (pessoal ou grupal) acaba retroalimentando sua individualidade. Adota comportamentos que fecham a si mesmo em um ciclo vicioso, onde suas próprias ideias, gostos e isolamento





são reforçados continuamente, afastando-o do contato com o comunitário ou com o contraditório. Por sua vez, a retroalimentação da individualidade dentro das bolhas de informação é o motor que gera, alimenta e radicaliza a polarização social, política, cultural e religiosa. Quando, portanto, o indivíduo se fecha em um ciclo onde só consome o que confirma suas certezas, a sociedade deixa de ser um espaço de debate e se transforma em um campo de guerra identitária. As pessoas não se unem mais por projetos comuns de sociedade, mas por identidades rígidas. Quem está fora da tribo não é apenas alguém que pensa diferente; é um inimigo.

25. Infelizmente, a polarização também fez sua morada no campo religioso, considerado propício porque lida com valores absolutos, verdades eternas e a identidade profunda do ser humano. Quando as convicções religiosas são instrumentalizadas por lógicas políticas ou digitais, as divergências deixam de ser simples debates de opinião e passam a ser vistas como uma batalha cósmica entre o bem e o mal⁸. Foi a um mundo marcado por essa extrema autorreferencialização que o Papa Francisco manifestou a preocupação com as consequências da pandemia da covid-19, destinou a encíclica *Fratelli tutti* (FT 32-36) e deixou o legado da sinodalidade. Daí a necessária atenção quanto aos riscos de polarização e instrumentalização das DGAE para os mais diversos fins. Não nos esqueçamos de que **estamos em um ano eleitoral**, cujo cenário, ainda que aos poucos se delineando, tende a se forjar com base neste perfil autorreferencializado e polarizado.

Pedras de dentro de casa

26. A questão da polarização também no campo religioso tem adquirido diversos aspectos. Não se pode deixar de reconhecer a existência de oposições e resistências à CNBB, tanto na sociedade brasileira em geral quanto em grupos especificamente católicos. Para determinados setores, nossa Conferência é percebida como focada (exclusivamente) em questões sociais em detrimento do que seria sua função específica, a saber, a dimensão religiosa, com atenção para a santidade, a espiritualidade e a eternidade. Em consequência, as DGAE seriam a concretização de uma proposta a ser

⁸ INAPAZ. **Eu vim trazer a espada**. Meditações acerca de algumas expressões religiosas contemporâneas. Ao Conselho Permanente, em novembro de 2025.





rejeitada, devendo-se, por conseguinte, passar ao largo delas. O fato é que um mundo *multipolar* como o nosso atualmente dificulta o diálogo sinodal proposto pelas DGAE.

27. A isso se acrescenta a preocupação pelas chamadas *agendas pessoais*, isto é, pelos projetos evangelizadores *individuais*, com opções, propostas, discursos, métodos e linguagem próprias. Diante, pois, do convite a um caminhar em comum, tais agendas ou propostas sentem-se ameaçadas, iniciando um processo reativo e acusador. A experiência da chamada *religião à la carte*, ou seja, um grande bazar onde cada indivíduo escolhe a proposta religiosa que melhor lhe convém, acaba por predispor, até mesmo sem perceber e algumas vezes na melhor das intenções, para o distanciamento de uma caminhada em comum. A isso também se soma o avanço do secularismo e do relativismo religioso, com o enfraquecimento da vivência comunitária, não apenas na prática de alguns ritos, mas também no envolvimento existencial.
28. Essas agendas individuais podem ser compreendidas algumas vezes como verdadeira *resistência eclesiológica*. Trata-se da rejeição implícita ou explícita à *eclesiologia de comunhão* tal como o Concílio Vaticano II a concebeu, tanto na *Lumen Gentium* quanto nos autores que tanto refletiram sobre ela⁹. Em consequência, o processo de implantação das DGAE haverá de considerar a existência de uma significativa resistência ao caminhar comum, resistência essa enraizada em compreensões que enxergam as propostas de comunhão, de caminhar em comum, como uma ameaça à identidade e à constituição da Igreja.
29. Por consequência, a conexão com o sínodo sobre a sinodalidade, antes apresentada como um valor, deve agora fazer parte também dos aspectos

⁹ CONGAR, Yves. **Creio no Espírito Santo**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. 3 v.; CONGAR, Yves. **Propósito de amor**: por um cristianismo autêntico e uma Igreja serva. São Paulo: Paulus, 2017; LUBAC, Henri de. **Meditação sobre a Igreja**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1980; LUBAC, Henri de. **Catolicismo**: os aspectos sociais do dogma. São Paulo: Cultor de Livros, 2016; KASPER, Walter. **A Igreja Católica**: essência, realidade, missão. São Paulo: Paulus, 2012; KASPER, Walter. **Teologia da Igreja**: eclesiologia em perspectiva ecumênica. São Paulo: Loyola, 2015; RATZINGER, Joseph. **A Igreja**: uma comunidade em caminho. São Paulo: Paulinas, 1993; RATZINGER, Joseph. **Comunhão na Igreja**. São Paulo: Cultor de Livros, 2021; TILLARD, Jean-Marie Roger. **A Igreja das Igrejas**: a eclesiologia de comunhão. São Paulo: Paulus, 1999; TILLARD, Jean-Marie Roger. **Carne da Igreja, carne de Cristo**: na oração eucarística. São Paulo: Loyola, 1995.





dificultadores. Nesse sentido, o fato de as DGAE serem para a Igreja no Brasil o caminho por excelência para a concretização das conclusões sinodais pode receber rejeição da parte de pessoas e grupos que, descontentes com as conclusões, podem transferir para as DGAE o mesmo descontentamento. Não importa aqui se a insatisfação se dá pelo fato do que o sínodo disse ou do que não disse. Importa muito mais a opção por não caminhar em comum, em comunhão, pois a questão nunca é a diferença de perspectivas, mas o modo como se vive essa diferença, se na busca por comunhão ou se na polarização, que vai desde a indiferença até a rejeição aberta e polarizada. Embora nos alegremos pelo fato de o Papa Francisco ter assumido o Documento Final do sínodo como parte integrante de seu magistério, é possível pensar que uma exortação apostólica pós-sinodal pudesse ajudar não apenas a aparar algumas arestas como também não permitir que predisposições aleguem que não estamos diante de um documento com peso magisterial.

Modelos pastorais milenares

30. Outro desafio à implantação das atuais DGAE decorre do apego exagerado a configurações pastorais aptas, como já se indicou, para outros momentos, porém sem o necessário fôlego evangelizador para o tempo presente. De modo especial, há de se considerar o peso de uma pastoral conservacionista e sacramentalista, de um lado, e uma pastoral que se reduza ao compromisso socioambiental transformador. Os sacramentos são indispensáveis assim como também o é o serviço solidário em vista de um mundo transformado. O entrave começa a acontecer quando o apego a modelos pastorais é tal que já não se consegue acolher a realidade de um tempo que mudou.
31. Interessante observar que, mesmo com toda a consulta feita e a reflexão durante a 62ª AGO, a resistência tende a algumas vezes indicar que, estamos diante de *mais do mesmo*, ou seja, que a CNBB permanece sendo a CNBB. Precisamos, desse modo, reconhecer a existência do risco de que as DGAE sejam percebidas apenas como mais um documento, sem novidades, trazendo apenas mudanças nas nomenclaturas. Não se trata aqui de compreender as atuais DGAE em chave de continuidade-descontinuidade ou, se desejarmos, continuidade-avanço. Trata-se de uma efetiva rejeição





que se apega ao detalhe para rejeitar o todo. E o detalhe ainda não é compreendido corretamente.

Um clericalismo persistente

32. Embora o sínodo sobre a sinodalidade tenha insistido bastante no entrave do *clericalismo*, embora a reflexão já antes do sínodo, porém, muito mais depois dele, mostre que estamos diante de uma característica que atinge todos os estados de vida, a dificuldade permanece. O clericalismo diz respeito ao poder exercido na Igreja e à distorção no exercício da autoridade poderá ser uma barreira para a proposta de comunhão e missão trazida tanto pelo sínodo quanto pelas DGAE. Uma visão autoritária de liderança será um empecilho ao acolhimento e à implantação das Diretrizes.

Fragilidade formativa

33. Sabemos que qualquer consulta a respeito do que se faz necessário para qualquer atividade na Igreja, inclusive para a implantação do que foi discernido para as DGAE, e receberá sempre como resposta a necessidade de *formação*. De fato, esta é uma necessidade constante, ainda mais nesses tempos em que a realidade se manifesta como atropeladora de crenças, linguagens e projetos. Por isso, a fragilidade na formação das lideranças, clero ou laicato, realmente dificulta a implementação do que é proposto. Essa preocupação se aplica, no caso do clero, à formação inicial e à formação permanente, sendo necessário que os encontros formativos deste período de acolhimento inicial das DGAE se voltem a elas, até mesmo mais de uma vez.

Ainda vamos nos preocupar com o Censo 2022?

34. Embora o Censo 2022, no que diz respeito aos dados religiosos, tenha mostrado algumas tendências que devem gerar pelo menos interesse da parte da ação evangelizadora, sabemos que os resultados não receberam a devida atenção. Esperava-se que os resultados mostrassem uma inversão no cenário religioso brasileiro, com a queda maior do catolicismo e o crescimento também maior do protestantismo. Esperava-se igualmente maior crescimento





das religiões de matriz africana e, em certa medida, também no número dos sem-religião. Os números não mostraram a radicalidade esperada. Apresentaram, contudo, uma *tendência*, na qual, entre outros aspectos, o número de católicos permanece em decréscimo, o número de evangélicos se mantém em crescimento e o número dos sem-religião se mostra mais conectado às juventudes e aos grandes centros urbanos. Considerando a análise eclesial apresentada a respeito do Censo 2022 ¹⁰, importa destacar que o Brasil vive um cenário de transição religiosa que não responde mais ao que a ação evangelizadora esteve acostumada durante longo tempo, exigindo, em consequência, mudanças que estão indicadas no perfil evangelizador das atuais DGAE.

Alguma estratégia a ser sugerida?

35. Além da contínua clareza a respeito dos elementos possibilitadores e dificultadores na implantação das DGAE, é possível ainda indicar algumas atitudes que podem ajudar. Dessas, a primeira diz respeito a superar o que se pode chamar de *desconexão* entre o ato de, por um lado, construir e aprovar as DGAE e, por outro, cuidar de sua efetiva aplicação. Essa atitude é importante porque permanece a sensação de que nos damos por satisfeitos com as duas etapas, construção e aprovação, não atribuindo, porém, a necessária importância e o indispensável empenho à etapa de implantação. É fato que o interesse pelas DGAE é grande e que as assembleias diocesanas e as assessorias que as precedem estão começando a acontecer. Importa, no entanto, que a passagem das DGAE para os planos evangelizadores diocesanos ocorra e que as conexões fiquem claras para as diversas forças pastorais. Essas conexões são: DGAE, sinodalidade e plano local de evangelização ou plano de pastoral.
36. Em segundo lugar, é necessário considerar que a mente atual está se tornando cada vez mais digital e que o livro, embora válido, não pode mais ser a única fonte de contato com a mensagem. É preciso investir também em modos culturalmente digitais de transmissão do que as DGAE propõem. Seja em nível de conferência episcopal, de Regional ou mesmo diocesano –

¹⁰ INAPAZ, **Entre números e interpretações**. Uma primeira reflexão sobre os dados religiosos do Censo 2022. Ao CONSEP em julho 2025





possivelmente nos três níveis – há de se pensar em vídeos, lives ou outros instrumentos hodiernos, de curta duração, com linguagem acessível e formato atrativo. Já durante a 62ª AGO, se falou a respeito de edições populares das DGAE, ou seja, textos menores, apenas com as partes que interessam. O problema será sempre o de discernir quais são as partes que interessam. Se, contudo, esse material for amplamente compartilhado, ao estilo do que a Secretaria Geral do Sínodo está propondo para as partilhas ligadas às assembleias a ocorrer entre 2027-2028, já teremos avançado um pouco. No entanto, é de se insistir em apresentações também por meio digital.

37. Um terceiro elemento a ser considerado entre as estratégias diz respeito à cautela quanto a não deixar que as DGAE se tornem obsoletas pelo simples fato de o tempo passar. Essa preocupação decorre do fato que, em nossos dias, em pouco tempo mensagens, imagens, propostas e algumas vezes até mesmo pessoas tornam-se ultrapassadas. Assim como tudo muda tão rapidamente, é preciso manter as DGAE em evidência. É crucial desenvolver estratégias de longo prazo, talvez iniciando com a visão de conjunto para, em seguida, abordar partes da proposta e assim por diante. Nessa necessidade de manter a evidência se insere o implementar de diversas etapas de avaliação periódica, cuja finalidade maior será, por certo, a de verificar o caminho percorrido, ratificar avanços e corrigir desvios. Será também uma forma de manter as DGAE em evidência, mostrando sua que sua relevância não foi apagada pelo tempo que tiver passado. Se, por um lado, alegramos com os seis anos de vigência, por outro, será necessário discernir bem o que fazer ao longo desse tempo.

E anunciavam a Boa Nova, a Palavra do Senhor

38. No mesmo cap. 15 dos Atos dos Apóstolos, depois que narra o modo como os apóstolos solucionaram a controvérsia oriunda da presença dos pagãos, o texto se encerra como uma afirmação indispensável: **a Palavra do Senhor continuava a ser anunciada** (At 15,35). Em seguida, começa o ciclo das missões de Paulo. Tudo, enfim, nasce da missão e nela deve se concentrar. As atuais DGAE não especificaram um caminho missionário, pois toda a vida da Igreja é missão. Nas atuais DGAE, a missão se faz presente não tanto com projetos específicos, mas em sua dimensão paradigmática, ou seja, tudo





envolvendo. Ela está no anunciar a palavra e, pela iniciação à vida cristã, no ajudar a que surjam mais discípulos(as) missionários(as). Está igualmente no formar comunidades, na fé celebrada e na vida plena defendida. Toda ação evangelizadora é dom de Deus, cabendo a nós a tarefa de o colocar em prática. O Senhor nos acompanha com sua graça.

